

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA N° 1493/2018-PGJ, DE 27.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2017, a serem usufruídos no período de 7 a 11.5.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1497/2018-PGJ, DE 27.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2017, a serem usufruídos a partir de 7.5.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1510/2018-PGJ, DE 2.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Terenos, Eduardo de Araujo Portes Guedes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no período de 2 a 15.5.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1511/2018-PGJ, DE 2.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 45ª Zona Eleitoral, no dia 2.5.2018 e no período de 7 a 11.5.2018, em razão de férias compensatórias, e nos dias 3 e 4.5.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1512/2018-PGJ, DE 2.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 49ª Zona Eleitoral, nos períodos de 2 a 4.5.2018 e 7 a 11.5.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e férias compensatórias do titular, Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1513/2018-PGJ, DE 2.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no dia 2.5.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1520/2018-PGJ, DE 2.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 3027/2017-PGJ, de 11.9.2017, que designou o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1521/2018-PGJ, DE 2.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1422/2018-PGJ, de 23.4.2018, de forma que, onde consta: “Designar a 40ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar nas audiências de custódia no dia 2.5.2018...”; passe a constar: “Designar o 55º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabricio Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar nas audiências de custódia no dia 2.5.2018...”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1499/2018-PGJ, DE 2.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e XLII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO o contido no Processo nº 066.113.0004/2018 da Secretaria do Conselho Superior da Magistratura do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul,

CONSIDERANDO o contido no Decreto nº 109/2018, de 27 de março de 2018, da Prefeitura Municipal de Inocência,

R E S O L V E :

Art. 1º Transferir o feriado municipal do dia 4 de abril (quarta-feira) para o dia 6 de abril (sexta-feira), não havendo expediente na Promotoria de Justiça de Inocência.

Art. 2º Haverá expediente normal no dia 4 de abril de 2018, em virtude da transferência do feriado municipal para a data de 6 de abril de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1498/2018-PGJ, DE 2.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e XLII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO o contido no Processo nº 066.113.0005/2017 da Secretaria do Conselho Superior da Magistratura do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul,

CONSIDERANDO o contido no Decreto nº 4.625/2017, de 18.12.2017, da Prefeitura Municipal de Brasilândia,

R E S O L V E :

Art. 1º Transferir o feriado municipal do dia 25 de abril (quarta-feira) para o dia 27 de abril (sexta-feira), não havendo expediente na Promotoria de Justiça de Brasilândia.

Art. 2º Haverá expediente normal no dia 25 de abril de 2018, em virtude da transferência do feriado municipal para a data de 27 de abril de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1484/2018-PGJ, DE 27.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Alana Duarte dos Santos Boaventura para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1501/2018-PGJ, DE 2.5.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 2.5.2018, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Lucas Mendonça Giuseppin, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1502/2018-PGJ, DE 2.5.2018**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Luiz Leonardo Villalba, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de sua filha, a partir de 23.4.2018, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1503/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jária Tânia da Silva Toledo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de sua genitora, a partir de 19.4.2018, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1505/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias remanescentes à servidora Karina Soares Loureiro, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 2 a 16.5.2018, passe a constar: Período de Gozo – 18 a 22.6.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1506/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 780/2018-PGJ, de 27.2.2018, na parte que concedeu férias à servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz, de forma que, onde consta: Períodos de Gozo – 24 a 30.5.2018; 1º a 10.10.2018, passe a constar: Períodos de Gozo – 20 a 26.8.2018; 27.8 a 5.9.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1507/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Priscilla Garcia de Sousa Maksoud Machado, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 21.4.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1508/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Carlos Augusto Bispo de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 23.4 a 22.5.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1514/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Helena Rocha Rodovalho, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Recursos Humanos, nos dias 2 e 3.5.2018, em razão de viagem a trabalho do titular, Fabiano Alves Davy.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1515/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cecília Soares de Paiva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24.4 a 3.5.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1509/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3913/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antonio Larrea Barcelos	2015/2016	19 a 28.3.2018	2 a 11.5.2018		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Cesar de Araujo Junior	2015/2016	26.2 a 7.3.2018	2 a 21.5.2018		
	2016/2017	18 a 27.7.2018	5 a 14.11.2018	7 a 16.1.2019	
Dan Philippe Carneiro	2014/2015	11 a 20.7.2018	5 a 14.11.2018		23.7 a 1º.8.2018
Roberta de Souza Salgado	2016/2017	2 a 11.4.2018	20 a 29.6.2018		10 a 19.1.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Felipe Ferrari Marcolin	2016/2017	17 a 26.1.2018	7 a 16.3.2018	16 a 25.5.2018	

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3913/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antonio Larrea Barcelos	2015/2016	19 a 28.3.2018	19 a 28.11.2018		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Cesar de Araujo Junior	2015/2016	26.2 a 7.3.2018	12 a 31.7.2018		
	2016/2017	5 a 14.11.2018	7 a 16.1.2019	9 a 18.4.2019	
Dan Philippe Carneiro	2014/2015	18 a 27.7.2018	5 a 14.11.2018		2 a 11.7.2018
Roberta de Souza Salgado	2016/2017	2 a 11.4.2018	14 a 23.5.2018		10 a 19.1.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Felipe Ferrari Marcolin	2016/2017	17 a 26.1.2018	7 a 16.3.2018	21 a 30.5.2018	

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1516/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Silvia Mara Manvailer Gomes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17.4 a 16.5.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1517/2018-PGJ, DE 2.5.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Paola Reginato Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 26.4.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 8 DE MAIO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

1. Expedientes:**1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Batavaporã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003795-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000994-0.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 2/2015.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002093-6.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000124-7.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 21/2013.
- Procedimento Administrativo nº 53/2016.
- Procedimento Administrativo nº 56/2016.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000276-0.

7. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001027-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003318-0.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004315-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004323-3.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 1/2017.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003552-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003670-0.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001892-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000055-9.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001975-5.

13. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003010-5.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000217-9.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001140-1.

1.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:**1.2.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001427-8.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001017-5.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 2/2015.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 2/2015.
- Inquérito Civil nº 5/2014.

1.2.2. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

- Inquérito Civil nº 4/2016.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000140-0.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000485-8.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001196-0.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Inquérito Civil nº 19/2015.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 12/2013.
- Inquérito Civil nº 49/2015.

1.2.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000149-8.

2. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001172-6.

3. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000701-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001023-8.

4. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000867-3.

5. 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000172-8.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 1/2015.

7. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000256-4.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000471-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000392-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000384-1.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001640-3.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000582-8.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 4/2015.
- Inquérito Civil nº 8/2014.

1.2.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 21/2013.
- Inquérito Civil nº 38/2014.

1.2.5. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca Caarapó:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001099-7.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001800-1.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000910-2.

4. Promotoria de Justiça da comarca Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000608-2.

5. Promotoria de Justiça da comarca Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000273-1.

6. 31ª Promotoria de Justiça da comarca Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000457-3.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 19/2013.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000399-2.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 30/2015.
- Inquérito Civil nº 31/2015.

1.2.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca Caarapó:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001459-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001904-4.

3. Promotoria de Justiça da comarca Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000606-0.

4. 29ª Promotoria de Justiça da comarca Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000456-9.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca Cassilândia:

- Inquérito Civil nº 6/2016.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 32/2015.
- Inquérito Civil nº 33/2015.

1.2.7. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. 30ª Promotoria de Justiça da comarca Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000857-0.

2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000398-1.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000676-0.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 7/2014.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 14/2016.

1.2.8. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca Amambai:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000716-0.

2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000345-9.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000410-7.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001144-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001185-9.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001053-1.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 25/2013.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 25/2013.

8. Promotoria de Justiça da comarca Batayporã:

- Inquérito Civil nº 36/2013.

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Promoções:****1. Processo PGJ/10/0893/2018**

Expediente: Aviso nº 1/2018/CSMP, de 7.3.2018, publicado no DOMPMS nº 1688, em 8.3.2018.

Assunto: Promoção pelo critério de antiguidade para a 12ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, entrância especial.

Inscritos: Drs. Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro, Romão Ávila Milhan Júnior, Fernanda Proença de Azambuja, Radamés de Almeida Domingos, João Meneghini Girelli e Thiago Barbosa da Silva.

2. Processo PGJ/10/0894/2018

Expediente: Aviso nº 2/2018/CSMP, de 7.3.2018, publicado no DOMPMS nº 1688, em 8.3.2018.

Assunto: Promoção critério de merecimento para a 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, entrância especial.

Inscritos: Drs. Ronaldo Vieira Francisco, Suzi Lúcia Silvestre da Cruz D'Angelo, Wilson Canci Júnior, Clarissa Carlotto Torres, Rosana Suemi Fuzita Irikura, Arthur Dias Júnior, Oscar de Almeida Bessa Filho, Estefano Rocha Rodrigues da Silva, Jorge Ferreira Neto Júnior, Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, Daniel do Nascimento Britto, Fabrício Secafen Mingati e João Meneghini Girelli.

Relatora Conselheira Jaceguara Dantas da Silva.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**2.2.1. Processo com Pedido de vista:****1. Procedimento Preparatório nº 24/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Sofia

Assunto: Apurar notícias da prática de ilícitos ambientais em especial, o corte seletivo de madeira de lei, fazenda Santa Sofia, localizada no município de Miranda/MS.

Conselheiro-Relator: Helton Fonseca Bernardes

Voto-vista: Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

Julgamento adiado, na reunião do dia 10.4.2018, em face do pedido de vista da Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

2.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**2.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000524-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fazenda São José

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais ocorrida na Fazenda São José, de propriedade de Cleber Perez Fadel, localizada no município de Batayporã/MS, consistente na supressão vegetal sem autorização do órgão ambiental competente.

2. Inquérito Civil nº 18/2012

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá, Secretaria Municipal de Saúde e Junta Interventora da Associação Beneficente de Corumbá

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa na contratação de clínicas médicas pertencentes a médicos do quadro do município de Corumbá e cumulação de cargos com incompatibilidade de horários, aumento indevido e ilegal de salários, greve dos funcionários público em função essencial e favorecimento/ausência de licitação e mesmo fraude em licitação na contratação dessas clínicas médicas.

3. Inquérito Civil nº 35/2012

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa no Município de Ladário, consistente em irregularidade na realização dos contratos e licitações, com fraude em licitações, favorecimentos de empresas e direcionamento de licitações.

4. Inquérito Civil nº 46/2015

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESAU e UBSF Nossa Senhora das Graças - Distrito Norte

Assunto: Apurar falta/deficiência e/ou defeito de equipamentos/aparelhos, e ausência de profissionais da área de saúde, para compor a equipe da Unidade Básica de Saúde da Família - UBSF Nossa Senhora das Graças - Distrito Norte, nos termos da Portaria MS/GM nº 2.488/2011.

5. Inquérito Civil nº 38/2012

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim, Werther Araújo, ex-Secretário Municipal de Saúde de Coxim

Assunto: Apurar irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Coxim noticiadas no Relatório de Apuração de Denúncia nº 296/2009, oriundo da Secretaria de Estado de Saúde, praticadas no ano de 2008, e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

6. Inquérito Civil nº 58/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados, Bernardo Vidal Consultoria Ltda., Murilo Zauith e Walter Benedito Carneiro Junior

Assunto: Apurar eventual irregularidade na dispensa de licitação para contratação da empresa Bernardo Vidal Consultoria Ltda., para serviços técnicos de auditoria pelo município de Dourados.

7. Inquérito Civil nº 48/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Sebastião do Gravi

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda São Sebastião do Gravi, de propriedade de Sebastião Fenelon de Sampaio Jorge, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

8. Inquérito Civil nº 67/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hotel Beira Rio Ltda.

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Hotel Beira Rio Ltda., de propriedade de Ismael Gonçalves Mendes e Francisco Marsíglia Júnior, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

9. Inquérito Civil nº 15/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Pouso Alegre

Assunto: Apurar a notícia oriunda do Núcleo de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto-PGJ/MS de eventual ilícito ambiental na fazenda Pouso Alegre, localizado em Miranda, a necessidade de regularizar a área de reserva junto ao órgão ambiental.

10. Inquérito Civil nº 85/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rancho Liz, cujo possuidor é Fausto da Cunha Penteado

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Rancho Liz, cujo possuidor é Fausto da Cunha Penteado, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

2.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000537-9 (SIGILOSO)**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000416-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa, na municipalidade.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002166-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual desvio de função dos agentes comunitários de saúde no Município de Paranaíba/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000515-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar prática de ato de improbidade administrativa por eventual quebra de isonomia, ante o comparecimento de servidores comissionados, em reunião eleitoral, durante o período de expediente dos órgãos municipais.

5. Inquérito Civil nº 9/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar possível degradação do meio ambiente em área de preservação permanente em razão de construções irregulares às margens do Rio Amambai.

6. Inquérito Civil nº 5/2016

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa JBS S/A

Assunto: Apurar notícia de poluição no Córrego do Touro pelo lançamento de resíduos decorrentes das atividades do curtume JBS/SA.

2.2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001365-7 (SIGILOSO)**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001598-1

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar situação exposta por LUIZ CÉSAR SANTOS quanto à alteração de cálculo de pena em face da superveniência de nova condenação ao apenado no curso da execução da pena e eventual desperdício de comida no Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho e no Instituto Penal de Campo Grande, noticiados a esta Promotoria de Justiça por meio do Ofício Circular nº 5/2017/MDH e documentos que acompanham.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000254-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível descumprimento aos comandos constantes na Lei de Acesso à Informação e eventual ato de improbidade administrativa dela decorrente.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000264-2 (SIGILOSO)

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000721-5

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de empresa de consultoria jurídica pela FUNSAUD, mesmo possuindo em seu quadro de funcionários pessoas com formação em Ciências Jurídicas.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000955-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo cruzado praticado entre o Prefeito Municipal, Valdir Luiz Sartor e Vereadores Antônio Tertuliano, Carlos de Lima Neto Júnior e João Pereira da Silva.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001194-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual nepotismo na contratação pelo Município de Brasilândia de Antonio Cantarim e sua esposa Maria Elizabete, como Chefe de Núcleo e Coordenadora de Saúde Bucal de Brasilândia, respectivamente.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001625-8 (SIGILOSO)

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

9. Inquérito Civil nº 4/REM/2006

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Touro Branco

Assunto: Apuração de infração ambiental praticada no interior do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, situado na comarca de Naviraí-MS.

10. Inquérito Civil nº 26/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ilegalidades na contratação de empresa de Assessoria e Consultoria Tributária pelo município de Ribas do Rio Pardo/MS.

11. Inquérito Civil nº 56/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação do Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul - FUNDESPORT e o município de Amambai

Assunto: Apurar suposta irregularidade nos convênios realizados entre a Fundação do Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul - FUNDESPORT e o município de Amambai.

12. Inquérito Civil nº 19/2014

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar possível violação aos direitos dos pacientes atendidos pela Associação Pestalozzi de Campo Grande devido a eventual atraso no repasse financeiro decorrente de Convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Campo Grande.

13. Inquérito Civil nº 17/2015

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Carlos Eduardo Pereira da Silva de Andrade

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de supostas irregularidades na realização de vistoria anual de veículos com mais de cinco anos de uso, uma vez que não teria sido constatada a alteração no sistema de freio e ausência de um amortecedor de um veículo vistoriado, que, ainda assim, recebeu laudo positivo de seis empresas credenciadas pelo DETRAN/MS.

14. Inquérito Civil nº 92/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Pantanal I e II

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Pantanal I e II, de propriedade de Luanea Pires e Rosalvo Pires, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

15. Inquérito Civil nº 15/2015

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Investigar as condições de trafegabilidade e a regularidade da obra de pavimentação asfáltica iniciada na Rodovia MS 165 a qual dá acesso ao município de Aral Moreira/MS.

16. Inquérito Civil nº 21/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerentes: Ministério Público Estadual e o Departamento de Polícia Federal

Requeridos: Município de Bonito e a SKM Suprimentos e Equipamentos Ltda.

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público consistente em direcionamento ilegal de certame licitatório destinado a contratar empresa para fornecimento de material escolar.

2.2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 2/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Durval Mattos do Amaral

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental na fazenda Triunfo, consistente na supressão vegetal de 9,7 hectares de origem nativa (cerrado) sem a respectiva autorização expedida pelo órgão ambiental competente.

2.2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 2/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Rancho do Ipê I

Assunto: Apurar notícia de eventual armazenamento de madeira de espécies vegetais diversas, na fazenda Rancho do Ipê I, neste Município, de propriedade de Francisco Airton Sacacua

2. Procedimento Preparatório nº 29/2011

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual contratação irregular de servidores para atuarem na vigilância de prédios públicos municipais. (Corpo de Voluntários de Militares Inativos - CVMI).

3. Inquérito Civil nº 13/2013

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria da Silva Oliveira (Estância Duas Heranças)

Assunto: Regularização ambiental da propriedade rural denominada Estância Duas Heranças, pertencente à Maria da Silva Oliveira, consoante Relatório de Vistoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

4. Inquérito Civil nº 89/2013

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Verificar se o número de médicos reumatologistas satisfaz às necessidades dos usuários do SUS de Dourados, bem como providenciar atendimento médico especializado do qual necessita a Sra. Rosineti Carvalho Kleiniibing.

5. Inquérito Civil nº 6/2013

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, consistentes em uso indevido de veículo oficial, desempenho de atividade incompatível com a função de diretor-presidente da FUNSAU por Ronaldo Perches Queiroz e exercício incompatível com o cargo comissionado por Ozório Francisco da Silva.

6. Inquérito Civil nº 25/2011

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na alienação de imóveis durante os anos de 2005 a 2010 do Executivo Municipal de Dourados/MS.

2.2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000224-5

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tamotsu Mori

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de o senhor Tamotsu Mori,

Assessor da Prefeitura, estar incentivando pessoas de outros municípios a invadir terrenos públicos e particulares com a promessa de mantê-los com cestas básicas da Secretaria de Assistência Social, fazendo com que o local vire uma favela cheia de barracos e pessoas vivendo em situações sub-humanas.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000784-4 (SIGILOSO)

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001360-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da Lei Municipal nº 1.160/2017, que instituiu o dia do evangélico no município de Guia Lopes da Laguna/MS.

4. Inquérito Civil nº 7/2013

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo Jose Vicente

Assunto: Apurar eventual dano decorrente do corte de árvores sem autorização ambiental, assim como a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal preservação permanente e a conservação do solo do imóvel denominado fazenda Bom Jesus, localizada no município de Coxim/MS.

5. Inquérito Civil nº 7/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requeridos: Pietter Antonie Johannes Maria e Carmen Omizolo, fazenda Hi Fish

Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental consistente na construção de uma casa de motobomba para captação de água em área de preservação permanente, a 1 (um) metro da margem do córrego Agachi, em desconformidade com a licença de instalação e operação, na fazenda Hi Fish, situada no município de Miranda.

6. Inquérito Civil nº 42/2016

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Requerente: Marcelo Santos de Souza

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar violação aos direitos dos consumidores diante da notícia de existência de transporte irregular de passageiros por mototaxistas clandestinos no município de Corumbá.

7. Inquérito Civil nº 1/2017

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdemar Adriano Stobienia

Assunto: Apurar a instalação de barragem sem licenciamento ambiental.

8. Inquérito Civil nº 3/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reinaldo dos Reis Ramos

Assunto: Apurar a degradação ambiental da área de preservação permanente existente no interior da propriedade rural fazenda Gato Preto, localizada no lote 185, gleba 04, Mundo Novo/MS, de propriedade de Reinaldo dos Reis Ramos, bem como propor ou determinar medidas corretivas para viabilizar a sua regeneração, fixando cronogramas de execução e impondo medidas de reparação e compensação dos danos ambientais decorrentes da situação irregular.

9. Inquérito Civil nº 3/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Lúcia Regina Vieira de Medeiros

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado fazenda Regência, localizado no município de Jateí, matriculado sob o nº 13.241, do Registro de Imóveis da Comarca de Fátima do Sul, de propriedade de Lúcia Regina Vieira de Medeiros, como também para adoção de medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

10. Inquérito Civil nº 25/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Gilberto Garcia

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa do então Prefeito Municipal de Nova Andradina/MS, José Gilberto Garcia, na doação de terrenos que compõem os Conjuntos Habitacionais Universitário e Universitário II, criados pela Lei Municipal nº 936/2010.

11. Inquérito Civil nº 17/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no fornecimento da documentação pleiteada pelo cidadão Luiz Antônio Vasconcelos Seixas.

2.2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001233-6 (SIGILOS)

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000497-3 (SIGILOS)

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001559-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistentes em desvio de função de professores da rede municipal de educação.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002256-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação pela Câmara Municipal de Bonito de escritório de advocacia para prestar serviços de assessoria e consultoria jurídica.

2.2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000167-2

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD

Assunto: Apurar negligência médica no Hospital da Vida.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000505-7 (SIGILOS)

2ª Promotoria de Justiça do Idoso e do Portador de Deficiência da comarca de Nova Andradina

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000831-4

Promotoria de Justiça da Comarca de Bandeirantes

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na nomeação da coordenadora de tecnologias educacionais e técnica de apoio pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Bandeirantes/MS.

4. Inquérito Civil nº 25/2013

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Blackdever Serviços Premium Ltda.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades quanto à prática de pirâmide financeira.

5. Inquérito Civil nº 1/2012

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Des. Hildebrando Coelho Neto, Vice-presidente do Tribunal de Justiça/MS

Requerido: Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo requerido em decorrência do não pagamento da parcela anual da dívida concernente aos precatórios.

6. Inquérito Civil nº 22/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edvaldo Alves de Queiroz

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de precatórios por parte do ex-prefeito de Água Clara, Edvaldo Alves de Queiroz, e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

7. Inquérito Civil nº 29/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ministério Hebrom Internacional e o município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Chácara Hebrom”, pertencente ao Ministério Hebrom Internacional, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

8. Inquérito Civil nº 22/2014

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bela Vista

Assunto: Apurar indícios de descumprimento pelo Município de Bela Vista de implemento de Sistema de Descarte de Esgoto adequado em todos os domicílios do território do Município.

9. Inquérito Civil nº 21/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Francisco Pereira Martins e o município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Sítio n. 142”, pertencente a Francisco Pereira Martins, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado – APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

10. Inquérito Civil nº 5/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São José

Assunto: Apurar notícia de destruição de mata ciliar e demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente, na fazenda São José, neste Município, de propriedade de Paulo Fernando Jacintho Lemos.

11. Inquérito Civil nº 23/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Cícero dos Santos, na qualidade de Vereador e de Presidente da Câmara de Vereadores de Naviraí, teria coagido servidores públicos da Câmara Municipal a mentir sobre fatos que eram objeto de apuração nos autos de Inquérito Civil nº 15/2014, os quais tramitavam perante a 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí.

12. Inquérito Civil nº 16/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerida: Fazenda Morro Alto

Assunto: Apurar possível danos ambientais praticados pela requerida em virtude da extração de pedras, causando uma erosão de aproximadamente 300m (trezentos metros) de comprimento, e ainda danos em Área de Preservação Permanente em razão de assoreamento em parte do córrego São João, tudo sem a autorização ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 15681 do IMASUL, no imóvel rural denominado fazenda Morro Alto, situado neste Município.

13. Inquérito Civil nº 22/2014

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Banco do Brasil S/A

Assunto: Apurar ausência de informações aos clientes quanto às providências a serem adotadas para abertura de conta, além de eventual cobrança abusiva praticadas pelo Banco do Brasil S/A.

14. Inquérito Civil nº 22/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Projeto Viva Vida (Provida)

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução de Termo de Parceria Firmado entre O Provida - Projeto Viva Vida e o município de Nova Andradina, consistente na construção de 22 (vinte e duas) unidades habitacionais, liberado junto ao Ministério das Cidades por meio do Programa de Habitação de Interesse Social.

15. Inquérito Civil nº 53/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Apurar a regularidade e a necessidade da contratação pelo município de Rio Verde de Mato Grosso/MS das seguintes empresas de consultoria: EXCEL Consultoria e Assessoria S/C Ltda., STAF Sistemas Ltda., e AEG Assessoramento e Consultoria Empresarial Ltda.

2.2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO HELTON FONSECA BERNARDES:

1. Inquérito Civil nº 8/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pérsio Ailton Tosi

Assunto: Apurar a existência de processos erosivos na fazenda Sabatache localizada neste município de Ribas do Rio Pardo/MS.

2. Inquérito Civil nº 13/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no pagamento de horas extras aos servidores públicos municipais Claudemir Theodoro Rodrigues e Jaqueline Alves Moreira, que exercem função gratificada.

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 092/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017, de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, CONVOCA o candidato aprovado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

O candidato convocado deverá comparecer, no local, dia e horário mencionado no quadro abaixo, munido dos documentos abaixo relacionados no item 2.

1 CANDIDATO CONVOCADO - REGIÃO DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito - GED, situado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

1.1 BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
07.05.2018	9h30min	FELIPE ANACHE BANDEIRA	106

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino em Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas no Anexo VIII <u>(não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</u> ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidões de inexistência de antecedentes criminais (Que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, conforme Capítulo IX, item 15 do Edital) emitidas pela: - Justiça Federal - Justiça Estadual - Polícia Federal - Polícia Estadual
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
6.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
7.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
8.	Atestado de exame ABO-RH;
9.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
10.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro – Estágio não obrigatório (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (modelo disponível no Anexo VII do Edital de Abertura do Processo Seletivo).
12	Diploma de Bacharel em Direito.

Campo Grande, 27 de abril de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão

AVISO Nº 091/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, CONVOCA os candidatos aprovados, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE

Os candidatos aprovados, acadêmicos do curso de Direito, deverão entregar a documentação na Gestão de Estagiários de Direito - GED, situado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, no dia e horários mencionados no quadro abaixo.

DIREITO – Vespertino – Campo Grande

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
13/04/2018	13h30min	ANA PAULA CENTURIÃO	156
13/04/2018	13h30min	ALAN ALMEIDA SANTOS	157
13/04/2018	13h30min	BRUNNIELLY PEREIRA DA COSTA	158
13/04/2018	13h30min	THAYENNE OLIVEIRA DA SILVA	159
13/04/2018	14h	CARLOS HERCULANO DA COSTA FILHO	160
13/04/2018	14h	FERNANDA SILVA TODSQUINI	161
13/04/2018	14h	GIOVANA DE CARVALHO FLORENCIO	162
13/04/2018	14h	HELOISA NONATO DE LIMA	163
13/04/2018	14h	LAÍS MURAKAMI GOMES	164

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	CPF (fotocópia legível);
3.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações);
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
5.	Certidões de inexistência de antecedentes criminais (Que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, conforme Capítulo IX, item 15 do Edital) emitidas pela: - Justiça Federal - Justiça Estadual - Polícia Federal - Polícia Estadual
6.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
7.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
8.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
9.	Atestado de exame ABO-RH;
10.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro – Estágio não obrigatório(disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11.	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (modelo disponível no Anexo VII do Edital de Abertura do Processo Seletivo).

Cumprir observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2017-CEAF, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até a Gestão de Estagiários de Direito - GED, sito à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.

Campo Grande, 27 de abril de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 13/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/1212/2018).

Objeto: Aquisição de uniformes (calça tática, gorro, coturno, sapato social, gandola, cinto, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 17 de maio de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sede do Ministério Público Estadual - PGJ.

Designação da Pregoeira e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 26/4/2018:

- Pregoeira: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis e Cleber do Nascimento Gimenez;

- Suplente da Pregoeira: Hermes Alencar de Lima;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 2 de maio de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 15/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/1353/2018).

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (cabos de cobre, eletrodutos, condutores, caixas para quadro, disjuntores, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.
- Data: 16 de maio de 2018.
- Horário: 14 horas.
- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sede do Ministério Público Estadual - PGJ.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 26/4/2018:

- Pregoeiro: Emervál Carmona Gomes;
- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Carla Maria Bagordakis;
- Fiscalização Contratual: Departamento de Engenharia/PGJ e Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 2 de maio de 2018.

Emervál Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000036 DE 27.04.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1468/2018.**

Credor: DILUZCON COMERCIAL LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 28/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 08/PGJ/2017.

Objeto: Patch Cord 1,5m categoria 6, conforme especificações do Anexo III, marca Furukawa (item 1-lote 6); Kit porca gaiola com parafuso M5, pacote com 100 unidades, conforme especificações do Anexo III, marca Sollan (item 1-lote 9) e Fita de Velcro dupla face (rolo de 3 metros), conforme especificações do Anexo III, marca Garra (item 1-lote 10).

Valor: R\$2.781,60 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000036 de 27.04.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000035 DE 27.04.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1468/2018.

Credor: DILUZCON COMERCIAL LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 28/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 08/PGJ/2017.

Objeto: Rack 19" (polegadas) fechado 36Ux700mm fixação piso, conforme especificações do Anexo III, marca Garra (item 1-lote 1).

Valor: R\$1.240,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000035 de 27.04.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/PGJ/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/PGJ/2018 - PROCESSO PGJ/10/0313/2018.

Partes:

1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- VALDIR SILVA JUNIOR-ME, representada por Valdir Silva Junior.

Objeto: Inclusão da marca do item 37, constante na Cláusula Primeira.

Fundamento Legal: art. 65, I, *a*, da Lei n. 8.666/93.

Vigência: 26.04.2018 a 03.04.2019.

Data da assinatura: 26 de abril de 2018.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/PGJ/2017.

Processo PGJ/10/3453/2017.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2 – TORINO INFORMÁTICA LTDA., representada por Denise do Amaral Rissio.

Amparo Legal: Art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Acréscimo da importância de R\$ 43.848,75 ao valor inicial do contrato.

Valor contratual: R\$ 263.092,50.

Vigência: 19.04.2018 a 11.12.2018.

Data de assinatura: 19.04.2018.

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/PGJ/2017 PUBLICADO NO DOMP-MS Nº1545 DE 14 DE JULHO DE 2017.

Processo: PGJ/10/2050/2017.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO representado pela sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa Nilza Gomes da Silva.

2 - STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA – EPP, representada por Hitler Sansão Sobrinho.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n.º 30/PGJ/2016 – Ata de Registro de Preço n. 11/PGJ/2016.

Amparo Legal: art. 15, II, Lei n. 8.666/93.

Objeto: aquisição de Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: Elgin – HVFI12B2IA/HVFE12B2IA. (lote 2 – item 2.1); Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo SPLIT 12.000 Btu's (lote 2 – item 2.2); Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado (lote 2 – item 2.4).

Valor total: R\$ 8.242,00, nos termos das Notas de Empenhos nº 2017NE000085 e 2017NE000086, de 12/06/2017.

Vigência: 30/06/2017 a 30/06/2018.

Data de assinatura: 30/06/2017.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL 0007/2018/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados toma pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001185-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: “Apurar eventuais irregularidades consistentes no atraso de repasses realizados pelo Município de Dourados/MS, através do Fundo Municipal de Saúde de Dourados, aos prestadores atuantes em Dourados/MS perante o Sistema Único de Saúde em caráter complementar.”

Dourados, 27 de abril de 2018

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0024/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a migração do Inquérito Civil nº 024/2013/PJDMA para o sistema SAJ/MP, nos termos do artigo 56 da Resolução nº 0014/2017-CPJ, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001163-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigada: Regina Maria Broilo Rigo - ME

Assunto: Apurar notícia de eventual irregularidade ambiental consistente na comercialização de carvão vegetal sem o devido documento de origem florestal/DOF (objeto originário do Inquérito Civil 024/2013/PJDMA).

Dourados, 02 de maio de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0025/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a migração do Inquérito Civil nº 011/2014/PJDMA para o sistema SAJ/MP, nos termos do artigo 56 da Resolução nº 0014/2017-CPJ, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001164-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Ricardo Ojeda Pancciere

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual ocupação irregular de Área de Preservação Ambiental situada na Rua Onofre Pereira de Matos, em Dourados (objeto originário do Inquérito Civil 011/2014/PJDMA).

Dourados, 02 de maio de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0026/2018/1IPJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a migração do Inquérito Civil nº 017/2013/PJDMA para o sistema SAJ/MP, nos termos do artigo 56 da Resolução nº 0014/2017-CPJ, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001169-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigada: JPC Incorporadora e Construtora LTDA

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade ambiental consistente na construção de valetas, em Área de Preservação Permanente pelo empreendimento investigado (objeto originário do Inquérito Civil 017/2013/PJDMA).

Dourados, 02 de maio de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COSTA RICA

EDITAL N. 005/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002972-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002928-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Silvonei Pereira da Silva e Jesus Ribeiro Pereira

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e os requeridos: Silvonei Pereira da Silva e Jesus Ribeiro Pereira.

Costa Rica/MS, 27 de abril de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 006/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002972-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002962-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Pedro Alfredo Burgel

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: Pedro Alfredo Burgel.

Costa Rica/MS, 27 de abril de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 007/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002972-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002963-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: TMJB LTDA – EPP.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: TMJB LTDA-EPP.

Costa Rica/MS, 27 de abril de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 008/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002972-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002967-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Jesus Ribeiro Pereira

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: Jesus Ribeiro Pereira.

Costa Rica/MS, 27 de abril de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 009/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002972-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002968-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Romeu Elói Schmalz

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: Romeu Elói Schmalz.

Costa Rica/MS, 27 de abril de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 010/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002972-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002977-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: P7 Construções LTDA

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: P7 Construções LTDA.

Costa Rica/MS, 27 de abril de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

RIO NEGRO

EDITAL N.º 09/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00001060-2, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00001060-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dalton de Souza Lima

Assunto: apurar eventuais irregularidades na construção de imóvel localizado no Recanto dos Pintados, lote n.º 07, situado no Município de Corguinho, em área de preservação permanente.

Rio Negro, 02 de maio de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 10/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00001068-0, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00001068-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Rondon Flores

Assunto: apurar eventual supressão de vegetação sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Demalagada Ourolandia, situada no Município de Rio Negro.

Rio Negro, 02 de maio de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça